

TOMADA DE POSSE DO CONSELHO DIRECTIVO DO INFARMED, I.P.

Intervenção Presidente Conselho Directivo

Professor Doutor Jorge Torgal

Ao tomarmos posse, em meu nome e dos que me acompanham na assunção desta responsabilidade, permita-me senhora ministra, dizer algumas palavras. Começo, esperando não ser enfadonho, por referir a missão e as atribuições do Infarmed, logo a missão e as atribuições que nos são cometidas.

Após quatro meses que poderemos classificar de ... tormentosos – nova lei do medicamento, com novas regras de comparticipação, alterações das comparticipações, novas regras para os genéricos, e alteração do IVA, seguida de novas mudanças de regimes e de comparticipações, com baixa de preços, num contexto social, económico e financeiro deveras difícil, e de intensa luta política em torno dos custos da saúde em geral e também do medicamento, julgo poder entender que a tomada de posse que acaba de nos ser conferida expressa uma confiança que entendemos significar uma responsabilidade acrescida face aos imensos desafios que se perfilam.

Julgo poder concluir, senhora ministra, que conseguimos ultrapassar estes quatro meses de período probatório, (após várias avaliações presenciais com o senhora ministra, com o senhor secretário de estado, com a senhora ministra e os dois secretários de estado!) resistimos, sobrevivemos, logo podemos continuar. Muito gratos pela confiança.

Estes quatro meses não foram apenas de intenso ruído mediático; uma fortíssima capacidade de trabalho de todos os que trabalham no Infarmed, que nos acolheram sem hesitações e que também nos deram a sua confiança, permitiram a esta nova direcção procurar responder consequentemente às alterações e às exigências quotidianas que as dinâmicas de mudança e de contexto exigiram.

Permitam-me um breve parêntese para agradecer ao Dr. Miguel Vigeant Gomes e à Prof.^a Cristina Furtado terem aceite trabalhar comigo, e também ao Prof. Hélder Mota Filipe e ao Dr. António Neves, não apenas pelo risco que correram ao aceitarem a minha liderança, mas pela extraordinária forma como nos integraram neste por demais complexo universo.

Um forte muito obrigado a todos os trabalhadores do Infarmed. São cerca de 400, 70% licenciados, mestres ou doutorados, e são jovens – a idade média das chefias é de 42 anos.

As suas capacidades e o seu trabalho fazem do Infarmed, em alguns domínios, uma das mais qualificadas agências europeias do medicamento:

O Infarmed integra o sistema europeu de avaliação de medicamentos do qual fazem parte as agências nacionais de todos os estados membros e a agência europeia de medicamentos, ema. Este sistema tem como princípios essenciais a partilha de trabalho e o reconhecimento mútuo da avaliação técnico-científica no que respeita à qualidade, segurança e eficácia de medicamentos.

Um dos nossos objectivos é manter e mesmo aumentar a participação activa do Infarmed no sistema europeu de medicamentos.

O Infarmed faz parte de mais de uma centena de comissões e grupos de trabalho europeus, envolvendo cerca de cem peritos em ciências médicas e farmacêuticas. Esta participação estimula o desenvolvimento do conhecimento nas diferentes áreas de avaliação de medicamentos e prestigia o país.

Para ilustrar a relevância do papel do Infarmed no sistema europeu perdoem-me a imodéstia mas o exemplo da posição de Portugal enquanto estado membro de referência, isto é, responsável pela avaliação técnico científica reconhecida por todos os estados membros e pela ema é assinalável: DA 14.^a POSIÇÃO EM 2007 PASSOU A 7.^o EM 2008 E A 6.^o EM 2009.

Também no respeitante à ordenação dos laboratórios europeus encontramos-nos na segunda posição, após a Alemanha.

Uma palavra de felicitação aos que conseguiram estes resultados, e uma saudação particular ao Prof. Vasco Maria e à sua equipe.

Continuaremos a apostar na qualidade do desempenho de Portugal neste contexto europeu.

Continuaremos a apostar na qualidade do desempenho de Portugal neste contexto europeu.

Mas há muito a fazer, não apenas para manter a excelência conseguida no exigente *benchmarking* entre as agências europeias mas, fundamentalmente, para ultrapassar as evidentes debilidades que desafiam as nossas capacidades.

A farmacovigilância, a avaliação económica dos medicamentos e dos produtos de saúde, designadamente os dispositivos, são domínios em que um incremento qualitativo, com mudanças estruturais, é primordial para que o forte empenho dos que trabalham nestas áreas possibilite resultados que consideramos indispensáveis às exigências nacionais.

Tive ocasião de dizer e escrever que procuraremos liderar, não chefiar. Ouvir, estudar, inovar, diligenciar, negociar; ser tão transparentes quanto a função permite; e, fundamentadamente, decidir.

Decidir no âmbito da constituição e das leis, como acabamos de formal conscientemente afirmar, mas decidir no interesse da saúde pública e dos cidadãos.

Ser autoridade nacional é árduo e exigente.

Não é fácil.

A aguda consciência da dificuldade do cumprimento dos objectivos a que nos obrigámos no espinhoso tabuleiro em que se confrontam vectores per si positivos mas entre eles conflituais, por vezes mesmo antagónicos, se bem que todos impositivamente relevantes, como, por exemplo, o factor demográfico, expresso pelo marcado aumento de esperança de vida mesmo para além dos 90 anos e a exigência de qualidade nesses anos ganhos a qual exige despesas de saúde exponencialmente crescentes; a qualidade dos cuidados de saúde progressivamente mais diferenciados e integrando avanços científicos e tecnológicos que possibilitam diagnósticos mais precoces e mais seguros, que disponibilizam tratamentos mais dirigidos e mais eficazes, de qualidade acrescida, que tem sido também acompanhada por um aumento de produtividade, mas também de custos de medicamentos e de dispositivos vincadamente acrescidos face aos anteriormente disponíveis; estes factores, processo e resultado do desenvolvimento, do progresso, contrapõem-se aos constrangimentos económicos e financeiros do estado e das famílias, questionam a nossa capacidade de concretizar perenemente os valores fundamentais da universalidade e da equidade.

Valores que hoje outros, confrontados com a injustiça social da sua inexistência, decidem aplicar no respeito basilar dos direitos humanos. permito-me aludir aos EUA, para evidenciar como o país do primado dos direitos individuais não pode cumprir os valores da sua constituição sem uma política de saúde pública em que o acesso aos medicamentos seja possível a todos os cidadãos.

Se tivemos, se Portugal, teve o saber para construir teremos seguramente a capacidade para encontrar soluções para sustentar e progredir em novos contextos, por muito exigentes que sejam.

a responsabilidade do Infarmed no âmbito dos medicamentos e dos produtos de saúde é partilhada. Pelas associações profissionais, pelas ordens, pelos cidadãos. Pelas universidades, pelas administrações regionais de saúde, pelos hospitais, pelas estruturas e organizações de saúde, por outros ministérios, pelas associações de doentes, pelos profissionais de saúde.

Quero agora fazer um particular agradecimento à APIFARMA, à ANF, etc. - a às ordens dos médicos, farmacêuticos, médicos veterinários, médicos dentistas, enfermeiros, forma como dezenas de entidades e responsáveis acolheram esta nova equipe directiva do Infarmed e a confiança que em nós depositaram - aliás, espero que ainda depositem!

Uma palavra para a industria farmacêutica para salientar que os ganhos em saúde nos últimos 50 anos estiveram fortemente ligados aos medicamentos, designadamente às vacinas, aos antibióticos, aos contraceptivos, aos antineoplásicos, para citar apenas alguns dos mais determinantes; salientar também o papel relevante da indústria na investigação e desenvolvimento, no apoio à investigação nas universidades e nas instituições de saúde e pela forma como contribuiu para uma cultura de respeito ético e rigor científico.

Sem desprimor para quais quer outros, uma segunda palavra para o sector das farmácias: Portugal dispõe de uma rede de farmácias que pelo profissionalismo, pela qualidade, pelo empenho e dedicação dos seus farmacêuticos, servem exemplarmente os portugueses. a procura de melhores resultados económicos tem, o que para alguns poderá parecer paradoxal, potenciado e incrementado a função social da farmácia e dos farmacêuticos.

Esta nossa visão muito positiva de todo o sector do medicamento, também é um dos pilares que fundamenta a nossa postura. Somos parceiros, mas as nossas distintas abordagens, do Infarmed face aos seus parceiros, têm a marca da frontalidade, da transparência e da defesa do interesse major da saúde pública e dos princípios constitucionais.

A sustentabilidade da universalidade e da equidade, do muito qualificado serviço nacional de saúde de Portugal é, repito, uma obrigação do Infarmed, e é frequentemente contraditória com os interesses dos agentes económicos do medicamento e dos produtos de saúde. Numa economia estagnada os sacrifícios dos cidadãos, os directos e os indirectos, não podem ser confrontados com objectivos de crescimento do mercado, de manutenção de resultados financeiros, de medidas sociais regressivas para maximizar lucros.

é ilusório falar em sustentabilidade quando há quem proponha crescimentos de quota de mercado para um medicamento de 12 para 25 e de 25 para 37 m € nos próximos dois anos; se o comprador estado não despender os cerca de 1000€ que custa cada embalagem, quantos cidadãos o farão, para mais num quadro de comicidade? Porque ontem mesmo confrontado com esta proposta, permito-me hoje aqui lembrar que uma visão realista passa por uma avaliação objectiva das condicionantes financeiras e económicas dos próximos anos; não definimos políticas, procuraremos executá-las com o saber e o rigor possíveis, mas o pagador estado vai seguramente ligar os preços às posições no mercado, i.e., crescimento de quota menorizarão do preço, não irá mais participar as associações de medicamentos que não inovam e apenas trazem algum conforto para o doente, irá ser da maior precisão na valorização da inovação.

A nossa cordialidade vai de par com a austeridade, a frontalidade com o rigor, a nossa decisão com o interesse público.

Iremos aprofundar e incrementar o nosso relacionamento com as universidades portuguesas, iremos trabalhar regular e, espero, mais intensamente, com as ARS e os hospitais.

à nova comissão de avaliação de medicamentos, que congrega cerca de uma centena de peritos maioritariamente universitários, dos hospitais, dos centros de saúde, e pretende promover a excelência científica aliada a uma mais eficiente gestão de recursos e ao encurtamento dos prazo de aprovação das autorizações de introdução no mercado e das respectivas alterações, seguem – se medidas para o desenvolvimento da área dos ensaios clínicos em que a

coordenação de esforços institucionais, empresarias e individuais é central para um sucesso que é nacional. Contamos com todos.

Também os profissionais de saúde são nossos parceiros insubstituíveis e essenciais. o aprofundar da nossa interacção passa pelo apoio à prescrição mais adequada não apenas em termos terapêuticos mas, conjugadamente, em termos económicos; uma política mais racional do uso do medicamento é uma necessidade óbvia que é também uma nossa prioridade.

Igualmente o cidadão tem de se preocupar com esse bem de elevado valor social e económico que é o medicamento; apenas com a participação informada dos doentes se poderá concretizar uma política de uso do medicamento concomitantemente social e economicamente válida. Esta, como a anterior, são áreas em que julgamos ter também um dever de intervenção.

Confiamos que como nós, todos os agentes da área da saúde têm como prioridade primeira nas suas decisões os interesses dos doentes, das pessoas que servem.

Senhora ministra, senhores secretários de estado, minhas senhoras e meus senhores,

Termino agradecendo a vossa presença. a vossa presença é para nós , para mim, para o Prof. Hélder Mota Filipe, para o Dr. Miguel Vigeant Gomes, para a Prof.^a Cristina Furtado e para o Dr. António Neves, que comigo hoje formalmente tomaram posse um estímulo e uma responsabilidade acrescida pelo

SEU SIMBOLISMO DE CONFIANÇA.

Sabemos que, como dizia Ricardo Reis

“ Antes de nós nos mesmos arvoredos passou vento, quando havia vento, e as folhas não falavam de outro modo do que hoje ”

Mas contrariamente ao poeta, não passaremos nem nos agitaremos debalde, nós faremos “mais ruído no que existe do que as folhas das árvores ou os passos do vento.”

Por e para uma melhor saúde.

Muito obrigado